

O Judiciário e a inclusão da pessoa negra com deficiência

» ANACLETO COSTA
Advogado

No curso da história, no Brasil, as pessoas com deficiência têm sido triplamente excluídas da sociedade; seja pela deficiência, seja pelo preconceito e principalmente pela pobreza. De acordo com os dados do Censo de 2022, do IBGE, temos mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas, onde vivem 16,6 milhões de pessoas (8% da população). Os últimos dados oficiais do governo indicam: 77% dos extremamente pobres são negros, sendo 40% de mulheres negras e 37% de homens negros. Na extrema pobreza, é ainda maior a população negra. Daí, podemos caracterizar a população pobre no Brasil. Ela é em sua maioria negra.

É um enorme desafio pensar em estratégia capaz de perceber a invisibilidade contida na população negra, incluindo os residentes em comunidades e as pessoas com deficiência, na tentativa de promover igualdade social, econômica e racial. O processo de inclusão exige transformações não somente na desigualdade de renda, acesso ao trabalho e moradia digna, mas na nossa mentalidade, na busca dos meios para incluir as pessoas com deficiência utilizando políticas públicas inclusivas.

Os esclarecimentos até aqui trazidos são relevantes para contar uma vivência na qual a mãe de duas meninas gêmeas que nasceram com encefalopatia crônica da infância (ECI), comumente conhecida como paralisia cerebral, ambas com deficiência cognitiva moderada, à época com 4 anos, procurou o escritório em que trabalho no centro do Rio de Janeiro. Foi atendida por uma colega advogada que acompanhou a causa. Essa mãe teve seu pedido de concessão do benefício da prestação continuada (BPC) no INSS negado, sob a justificativa de a renda mensal familiar por pessoa superar o máximo permitido.

A família era composta pela mãe — sem condições de trabalho pela necessidade de atenção às meninas nas 24 horas do dia — e pelo pai — que trabalhava como auxiliar de depósito no Supermercado Mundial, uma das maiores varejistas da cidade, sendo que a vaga ocupada por ele no supermercado deveu-se à cota de pessoas com deficiência. A única remuneração recebida no lar era R\$ 898,80 (sendo que o salário mínimo, à época, era R\$ 678). Cabe esclarecer que a família era de pessoas pretas da comunidade Parque Oswaldo Cruz, em Manginhos, na Zona Norte do Rio.

O caso foi julgado pelo Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro. Deferiu-se a concessão do benefício assistencial, reconhecendo-se a incapacidade das autoras com base no laudo pericial do médico neurocirurgião nomeado pelo juízo. Ao analisar a carência econômica, ressaltou o juiz que, à luz do presenciado pelo oficial de justiça ao verificar as condições de moradia, o padrão sócio-econômico familiar era compatível com o estado de miserabilidade. Considerou ser um grupo familiar composto por quatro



pessoas (autoras e pais), sobrevivendo do salário do pai e de R\$ 60 do bolsa família, pagando aluguel de R\$ 250.

O curioso no caso foi o fato de a lei prever a concessão do benefício assistencial a apenas um componente da família, e o juiz, na sentença, entender aplicável um benefício de BPC para cada uma das irmãs, mesmo que ambas integrem o mesmo núcleo familiar, esclarecendo que apenas um salário mínimo à família, com escassos rendimentos e o pagamento de aluguel, seria insuficiente para retirá-la da situação de miserabilidade. O INSS não recorreu e, até hoje, ambas com 18 anos, recebem os benefícios.

Esse olhar sensível do Judiciário já vinha sendo flexibilizado, e o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), nos recursos extraordinários 567.985 e 58.0963, em julgamento de 18 de abril de 2013, declarou que o critério legal de renda

per capita de um quarto do salário mínimo não pode ser considerado absoluto, devendo o real estado de miserabilidade da família ser aferido em concreto à luz das circunstâncias do caso. A jurisprudência se mantém.

Em tese, todas as pessoas são iguais, mas, na realidade e em muitos aspectos da vida cotidiana, e dado o anseio pela justiça social, ao nos depararmos com tudo o que vivem os negros de periferia, além das pessoas com deficiência, negras ou não, emerge a desigualdade, sobretudo do ponto de vista da condição e necessidade de vida. Há muito a se pensar e agir para se construir uma sociedade justa e solidária, que busque erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais. E, nesse sentido, o Judiciário tem muito a contribuir positivamente. A assistência e proteção social básica em conjunto com a distribuição de renda enriquecem a todos e à sociedade como um todo.

A realidade dos salários no setor nuclear

» JULIO LOPES

Deputado Federal (PP) e representante da Frente Parlamentar da Tecnologia e Atividades Nucleares

Nos últimos meses, a discussão sobre os salários no setor nuclear ganhou destaque na mídia, provocando uma série de debates sobre a adequação dos valores recebidos por esses profissionais. Reportagens recentes têm citado os salários de funcionários da Eletro nuclear, mencionando cifras que variam de R\$ 25 mil para guardas a até R\$ 80 mil para engenheiros. Esses números, à primeira vista, podem parecer elevados, o que levou parte da opinião pública a questionar sua justificativa. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que esses valores não apenas seguem padrões internacionais, como refletem a alta especialização e a escassez de mão de obra qualificada que caracterizam o setor nuclear.

Esse é um segmento notoriamente complexo, demandando um nível de especialização que poucas áreas exigem. Os profissionais que atuam nesse setor, sejam eles responsáveis pela operação, manutenção ou supervisão de instalações nucleares, passam por um treinamento extenso e rigoroso. Esse processo envolve anos de estudo, atualização constante e o cumprimento de normas de segurança extremamente exigentes. Portanto, os salários elevados são, em grande parte, uma compensação pelo tempo e pelos recursos investidos na formação desses especialistas.

Além disso, é importante considerar a responsabilidade envolvida no trabalho com materiais nucleares. Qualquer falha pode ter consequências gravíssimas, tanto para a segurança das pessoas quanto para o meio ambiente. Esse fator aumenta significativamente a carga de trabalho e a pressão sobre os profissionais do setor, que precisam demonstrar competência técnica e vigilância constante. É uma atividade que requer precisão absoluta e um

nível de comprometimento que justifica os altos salários, especialmente em um ambiente que não admite erros.

Ao compararmos os salários dos profissionais do setor nuclear brasileiro com os de países desenvolvidos, como o Reino Unido e os Estados Unidos, observamos que, no Brasil, os rendimentos são cerca de 30% superiores à média de outras áreas. No entanto, esse diferencial salarial tem uma explicação lógica: ele reflete a necessidade de especialização extrema e também faz parte de uma estratégia econômica para manter talentos de alta qualificação no país. Profissionais desse nível são escassos, e garantir que eles permaneçam no Brasil é essencial para a continuidade e segurança das operações nucleares no território nacional.

Vale ressaltar que a manutenção de empregos bem remunerados no setor nuclear traz uma vantagem estratégica significativa para o Brasil. Esses profissionais não devem ser vistos como "marajás", como alguns discursos simplistas sugerem, mas, sim, como pilares de uma indústria essencial para o futuro do país. A energia nuclear não é apenas uma fonte crucial para a matriz energética, mas também uma garantia de independência e segurança energética, elementos fundamentais para a soberania nacional.

Diante disso, a narrativa que busca descredibilizar a remuneração no setor nuclear precisa ser desafiada com fatos concretos e comparações justas. Transformar a valorização de profissionais especializados em um problema é uma armadilha que o Brasil não pode cair. Países desenvolvidos reconhecem a importância desses profissionais e investem em sua formação e retenção. A surpresa que parte da mídia demonstra ao divulgar esses salários ignora as realidades do mercado internacional

e a responsabilidade envolvida no trabalho nuclear. Precisamos enfrentar essa narrativa com dados reais, que comprovam a importância de manter um corpo de especialistas altamente qualificados e bem remunerados no setor nuclear.

É crucial que o debate sobre os salários no setor nuclear seja conduzido com uma compreensão clara da complexidade da indústria, da importância de seus profissionais e das exigências técnicas e de segurança que definem esse segmento. Ao fazer isso, evitamos julgamentos superficiais e proporcionamos uma visão mais equilibrada da questão. Em vez de focar exclusivamente nos valores absolutos, é necessário entender o contexto e os motivos pelos quais esses profissionais são valorizados financeiramente.

A valorização dos profissionais do setor nuclear vai além dos salários: trata-se de reconhecer sua contribuição para a segurança energética do país e seu papel como peças-chave na estratégia de desenvolvimento nacional. Esses especialistas são essenciais para garantir que o Brasil possa continuar a operar com segurança suas instalações nucleares, ao mesmo tempo em que avança em seu objetivo de ser um país independente energeticamente. A questão salarial, portanto, deve ser vista como um investimento estratégico, fundamental para a sustentabilidade e o crescimento do setor no longo prazo.

Conforme a discussão avança, é importante lembrar que o verdadeiro valor dos profissionais do setor nuclear vai muito além de sua remuneração. Eles representam o comprometimento do Brasil com a excelência, a segurança e o futuro da energia nuclear no país. É hora de reconhecer que, para manter esse nível de qualidade, é preciso pagar o preço justo por isso.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Recursos não monitorados

No Brasil, os partidos políticos nascem, crescem e declinam em uma velocidade anormal, mostrando que esses organismos não gozam de boa saúde. E por uma razão simples: são criações artificiais, sem vitalidade político-ideológica, transformadas em empresas que vivem basicamente dos bilhões de reais retirados dos cofres públicos — o que equivale a dizer, dinheiro dos contribuintes.

Sem identidade orgânica e distante da vida real dos eleitores, nossas legendas partidárias vivem e operam em consonância com o que desejam os caciques políticos, donos dessas instituições. O que os fundos partidários e eleitorais criaram ao longo de nossa caminhada democrática não passa de verdadeiras estatais partidárias, blindadas por todo o tipo de leis, infensas ao controle de gastos e protegidas por medidas cíclicas que perdoam as dívidas dessas legendas, mesmo não tendo cumprido exigências contidas nas leis eleitorais.

A última Proposta de Emenda à Constituição está aí para provar essa tese. Foram mais de R\$ 23 bilhões em dívidas perdoadas pela ação dos próprios políticos, sempre em votações relâmpagos e urdidadas de forma coesa. O que ocorre com nossas dezenas de partidos, todos eles ávidos por dinheiro público, faz deles o que são hoje: entidades cujo único contato com as bases eleitorais é feito às vésperas das eleições. O excesso de recursos, aumentado ainda mais pelas emendas que garfam boa parte do Orçamento da União, estragou e desvirtuou os partidos políticos nacionais.

Fazendo um paralelo simples, é o que ocorre, por exemplo, quando os pais passam a entregar grandes somas de dinheiro aos filhos, à guisa de mesada mensal. Quanto mais dinheiro esses jovens imaturos ganham, mais eles gastam e, com isso, passam a alimentar um sentido falso da realidade em que o dinheiro é escasso e ganho com muito esforço e suor.

Os bilhões de reais, drenados para os partidos e que, a cada temporada eleitoral, crescem de forma surpreendente, fizeram mal às nossas legendas e serviram ainda para a criação de mais e mais partidos, todos eles de olho nas facilidades proporcionadas pela cachoeira de dinheiro. Mais mal ainda essa fatura de recursos faz à democracia, pois são criadas entidades que não precisam se esforçar para sobreviver e para se relacionar com as bases.

De fato, não só por sua situação geográfica, mas Brasília e toda a vida política que aqui acontece, dentro e fora dos Três Poderes, ajudaram a criar uma espécie de ilha da fantasia em que apenas os sonhos dessa elite no poder é realizado. O país que se mostra além das vidraças do Congresso, do Planalto e do Supremo é outro totalmente diferente. E até antagônico. Que elementos para conferir qualidade à nossa democracia esse modelo de estatais partidárias pode trazer? A resposta é nenhum.

Essa situação, que pode nos conduzir para o beco sem saída das democracias sem viço, pôde ser observada no primeiro turno destas eleições municipais, com as abstenções chegando perto de um quarto dos eleitores. A um cenário nacional de desânimo com as eleições, com o sistema de urnas e sobretudo com a nossa classe política, toda ela formada pelos chamados gatos gordos. Os partidos políticos anabolizados com a abundância de recursos públicos praticamente não dependem da população para existir. Por isso mesmo, são indiferentes a ela.

O caciquismo nascido dessa degeneração dos partidos e da quantidade de recursos decide a lista daqueles que irão, em tese, representar a população na política, fazendo de nossa democracia uma pantomima falsa. A questão aqui é saber até quando esse modelo irá subsistir, antes que nossa democracia desapareça no ar como mágica ou fantasia.

Não são poucos os acontecimentos em que as carreiras dos partidos são recebidas com vaias, chuva de ovos e outras cenas de revolta popular. Nesse cenário de desolação, as únicas populações que parecem votar em paz e em consonância com o que desejam as lideranças locais são aquelas submetidas ao controle e à vigilância do crime organizado. Não por outra razão, essas facções criminosas já perceberam o que acontece com o nosso modelo de democracia e, como não poderia deixar de ser, entraram também nas eleições elegendo seus candidatos e favoritos.

A frase que foi pronunciada:

“Visando a eficiência do resultado, as investigações serão desenvolvidas sob sigilo”

Trecho de Nota da Polícia Civil do DF sobre o ataque ao carro blindado do advogado Joaquim Pereira de Paula Neto, ex-presidente do diretório de São Paulo do PRTB, e sua esposa, a também advogada Patrícia Reitter de Jesus Oliveira, ocorrido em Brasília

História de Brasília

É por isto que acontece o que acontece, e quem a paga é a cidade. Quem se prejudica é a cidade. É preciso que haja alguém que diga ao sr. Laranja Filho como Brasília foi construída. Em que moldes, e em que caráter de honestidade.
(Publicada em 19/4/1962)